



MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics

ISSN: 2318-0811

ISSN: 2594-9187

Instituto Ludwig von Mises - Brasil

Rosi, Bruno Gonçalves
Apontamentos para um estudo libertário da história do Brasil
MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law
and Economics, vol. 6, núm. 2, 06, 2018, Maio-
Instituto Ludwig von Mises - Brasil

DOI: <https://doi.org/10.30800/mises.2018.v6.71>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586364183006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UDEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



Notes for a libertarian study of Brazil's history

Apontamentos para um estudo libertário da história do Brasil

Apuntes para un estudio libertario de la historia de Brasil

Bruno Gonçalves Rosi - Doutor em Ciência Política (UERJ, 2016) brosi@student.wts.edu

Palavras-chave:

libertarianismo;
pensamento político;
história política
brasileira.

Keywords:

libertarianism; political
thought; Brazilian
political history.

Palabras clave:

libertarismo;
pensamiento político;
historia política
brasileña.

RESUMO

De modo geral, estudos sobre a história política brasileira ignoram o quadro teórico libertário, especialmente aquele influenciado pela Escola Austríaca. Este texto procura minimamente contribuir para preencher esta lacuna. Para isso, o texto faz uma análise das primeiras décadas de história política do Brasil independente, procurando principalmente classificar os grupos políticos de acordo com uma perspectiva libertária de poder do estado contra liberdade do indivíduo.

ABSTRACT

In general, studies on Brazilian political history ignore the libertarian theoretical framework, especially that influenced by the Austrian School. This text seeks to contribute to fill this gap. To do so, the text analyzes the first decades of independent political history in Brazil mainly to classify political groups according to a libertarian perspective of state power against individual freedom.

RESUMEN

Este artículo hace un estudio de la historia política de Brasil después de su independencia, buscando clasificar a los grupos políticos del estado.

Recebido em: 20-01-2018

Aprovado em: 14-05-2018

Classificação JEL: B25; P48

INTRODUÇÃO

Durante a maior parte do século 19 o Brasil contou com dois partidos políticos principais: o Partido Conservador, apelidado de saquarema, e o Partido Liberal, apelidado de luzia. Embora contassem com alguns precedentes do primeiro reinado, estes partidos foram formados na década de 1830, durante o período regencial, após a abdicação de Dom Pedro I. Apesar de algumas reviravoltas, estes partidos se mantiveram ativos até o final do Império, quando foram descontinuados à força pelo regime republicano.

A oposição entre conservadores e liberais no Brasil possui muitas características que aparecem em outros países da América Latina e mesmo além. Um dos principais pontos de discórdia entre os dois grupos era o debate centralização versus descentralização, com os conservadores defendendo maior controle do Rio de Janeiro sobre o país e os liberais defendendo maior autonomia para as províncias. Porém, em termos práticos, saquaremas e luzias defendiam políticas muito semelhantes quando no poder. Uma forma de distinguir entre os dois partidos seria dizer que ambos possuíam uma agenda política comum, mas discordavam a respeito da velocidade com que reformas poderiam ser implementadas no país.

O objetivo deste texto é começar uma releitura da história inicial da formação dos partidos políticos brasileiros por uma lente libertária. Uma das maneiras mais comuns de classificar partidos políticos é colocá-los em um eixo unidimensional e dividi-los em esquerda e direita. Este texto questiona a validade deste método e mais exatamente a possibilidade de sua aplicação ao Brasil monárquico. Alternativamente este texto propõe outro método de classificação de partidos políticos e defende sua aplicação ao Brasil.

1 DADOS BÁSICOS SOBRE O INÍCIO DA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL

Historiadores geralmente entendem que durante o reinado de Dom Pedro I o país teve três tendências políticas principais: uma oposição radical ao imperador - que poderia ser chamada de esquerda; uma oposição moderada - que poderia ser chamada de centro-esquerda; e um grupo de apoiadores - que poderiam ser chamados de direita ([MAGALHÃES JUNIOR, 2009](#), p.161-70). A oposição mais radical (ou extrema esquerda, pelo bem do argumento) eram os republicanos, que exigiam o fim da monarquia herdada de Portugal (uma transformação radical). O grupo mais conservador, ou mesmo reacionário (ou extrema direita, mais uma vez pelo bem do argumento) demandava absolutismo, ou mais precisamente governo sem constituição (algo que a bem da verdade poucos desejavam – e mesmo Dom Pedro I não estava entre eles). No centro estavam os

moderados, que defendiam políticas da esquerda e da direita; desejavam uma monarquia parlamentarista, à semelhança da Inglaterra, e progresso dentro da ordem.

A abdicação de Dom Pedro I e seu retorno para Portugal em 1831 foram vistos como uma vitória pelos radicais, e ainda mais pelos moderados, que rapidamente assumiram o poder. Os antigos apoiadores do imperador foram colocados de lado, ainda mais com a morte de Dom Pedro I, em 1834, significando o fim de qualquer esperança de restauração. Alguns moderados estavam satisfeitos com as reformas realizadas na década de 1830, mas outros começaram a enxergá-las como uma perigosa tendência à anarquia (ou, neste caso, à esquerda). Estes moderados “conservadores” (ou de direita) juntaram-se a antigos apoiadores de Dom Pedro I e formaram o Partido Conservador. Em reação, os moderados “radicais” (ou de esquerda) aproximaram-se de antigos radicais (ou esquerdistas) para formar o Partido Liberal. A partir daí, apesar de algumas reviravoltas, o Império brasileiro contou com basicamente dois partidos políticos: o Conservador, apelidado de Saquarema, e o Liberal, apelidado de Luzia.

Inicialmente o núcleo do Partido Conservador era marcado por servidores civis treinados na Universidade de Coimbra no final do século 18 e início do 19 ([CARVALHO, 2014^a](#), p. 285). Mais tarde o Partido passou a contar com servidores civis com um treinamento semelhante nas Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda ([CARVALHO, 2014^b](#), p. 63-92). Na visão destes indivíduos, quando comparado com a Inglaterra e outras partes da Europa, o Brasil era um país atrasado e com uma sociedade egoísta ou despreparada. Assim, era responsabilidade deles, como integrantes do Estado, modernizar o Brasil de cima para baixo ([LYNCH, 2011^a](#), p. 21-37). Esta visão descendia diretamente do absolutismo e do mercantilismo portugueses, especialmente aqueles praticados no final do século 18 pelo Marquês de Pombal ([MAXWELL, 1995](#)).

No auge do domínio político dos saquaremas, na década de 1840, o principal líder do partido foi Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai. Paulino ocupou diversos cargos, entre os quais os de Senador e Ministro das Relações Exteriores. Era considerado parte da “Trindade Saquarema”, ou seja, os três principais líderes do partido em seu tempo, e também o principal continuador da política de Bernardo Pereira de Vasconcelos, fundador do partido. Ele também mudou o eixo da política externa brasileira da Europa para a América do Sul na década de 1840. Além disso, foi um padrinho político de José Maria Paranhos, que deu continuidade à sua política interna e externa.

Podemos contrastar Paulino Soares de Sousa com Aureliano Cândido Tavares Bastos ([FERREIRA, G., 1999^a](#)). Bastos era membro do Partido Liberal, mas faleceu jovem e nunca ocupou um cargo mais elevado do que deputado geral (o que o colocaria como um político de importância mediana). No entanto (e talvez por associado com isso), ele tornou-se para a história do país um

dos mais implacáveis defensores do liberalismo clássico¹. Bastos escreveu extensivamente, de panfletos e artigos até livros, uma raridade naquele contexto ([RIZZINI, 1945](#)), criticando as políticas do Partido Conservador e defendendo políticas liberais clássicas como a abolição da escravidão, liberdade de comércio, liberdade religiosa e imigração ([TAVARES BASTOS, 1975^a](#), p. 415). Em contraste com o Visconde de Uruguai, ele acreditava que o Brasil estava pronto para os mesmos níveis de liberdade encontrados na Europa e especialmente nos Estados Unidos – um país que ele admirava grandemente ([TAVARES BASTOS, 1975^b](#), p. 411). Resolutamente ele expressou sua opinião de que privar o Brasil de níveis mais elevados de liberdade era injustificável ([TAVARES BASTOS, 1997](#), p. 72-80).

Uma característica associada aos conservadores era seu pragmatismo. Bernardo Pereira de Vasconcelos demonstrava ser profundamente liberal quando jovem, e nesta linha se opôs às medidas de D. Pedro I que considerava autoritárias. No entanto, após a abdicação do imperador, Vasconcelos as tornou progressivamente mais conservadoras. Em uma frase que ficou famosa ele disse que o liberalismo era pertinente no reinado de D. Pedro I, mas que havia deixado de ser no novo contexto político do país, no qual medidas mais autoritárias se faziam necessárias. Os liberais eram mais caracterizados por seu idealismo, algo visto pejorativamente pelos conservadores. Muito do debate político se dava justamente na pertinência ou não de se importar modelos de fora do país para sua administração. Tavares Bastos via nos EUA um exemplo para o Brasil, posição criticada pelos conservadores devido à impossibilidade de importação de um modelo assim para uma realidade sociológica e completamente diversa.

Em geral, para além de outros pontos em questão, historiadores identificam no debate centralização versus descentralização o pomo da discórdia entre saquaremas e luzias. Neste caso, os saquaremas consideravam que a centralização era um elemento necessário para alcançar progresso dentro da ordem, enquanto que os luzias queriam a descentralização (na visão dos saquaremas para perverter a ordem em proveito próprio).

Isto já foi observado por José Murilo de Carvalho (1980, 1993, [2002^a](#), 2014), [Gabriela Nunes Ferreira \(1999\)](#), [Walquiria Rego \(1989\)](#), [Luis Werneck Vianna \(1997\)](#), [Ivo Coser \(2011\)](#) e outros. [Oliveira Viana \(1927\)](#) identificou dois grupos ao estudar o pensamento político brasileiro, a que denominou idealistas orgânicos e idealistas utópicos. [Wanderley Guilherme dos Santos \(1978^a\)](#) identifica também dois grupos: autoritarismo instrumental e liberal doutrinário. [Gildo Marçal Brandão \(2007^a\)](#) retomou as categorias de Oliveira Viana, chamando-os de idealistas orgânicos e idealistas constitucionais.

1 Estou conjecturando que um Tavares Bastos mais idoso, com mais tempo na política e com cargos mais elevados poderia ter se tornando mais comedido em suas posições ([NABUCO, 1899^a](#), p. 105-6; [TAVARES BASTOS, 1939](#), p. 15-16).

O debate entre centralização e federação vai além do Brasil: para mencionar somente o continente americano, aparece nos EUA (classicamente no debate entre hamiltonianos e jeffersonianos) e em países da América Hispânica também ([CARMAGNANI, 1993](#)). Elementos desta discussão também podem ser observados no debate sobre sistemas presidencialistas e parlamentaristas ([ROSKIN et al, 2007^b](#), p. 259), administração e burocracia, entre outros ([ROSKIN et al, 2007^c](#), p. 298-318). Desta forma, o debate a respeito de sistemas unitários e federais notado por vários historiadores simplesmente capta uma tendência que é maior do que o Brasil².

Esta identificação de dois grupos políticos bem definidos acaba formando um sistema semelhante ao espectro político convencional (com conservadores na direita e radicais na esquerda)³. Porém, a divisão do pensamento político brasileiro em dois grupos (no presente caso, saquaremas e luzias) incorre em limitações e dificuldades que qualquer espectro político dicotômico (frequentemente esquerda e direita) pode possuir (especialmente um que contraponha conservadores e revolucionários): discutindo simultaneamente tópicos sociais (referentes a comportamento) e tópicos econômicos, e somente com duas opções à vista (saquaremas e luzias), nem sempre é fácil identificar com qual grupo um indivíduo específico se identifica⁴. Para citar um exemplo clássico, a dificuldade em perceber diferenças significativas entre luzias e saquaremas levou Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863) a afirmar que “nada é mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”⁵.

De fato, especialmente quando historiadores analisam políticos no topo de suas carreiras - especialmente membros do Conselho de Estado ([CARVALHO, 2014^c](#), p. 357-90; [NABUCO, 1899^b](#), p. 107), a conclusão frequentemente é de que se tratavam de diferentes oligarquias com poucas diferenças significativas (CARVALHO, 2014, p. 360). Vale comentar também que uma ironia de se utilizar uma classificação dicotômica para o pensamento político brasileiro do século 19 é que é possível chegar a conclusões que agradariam os políticos daquela época: tanto no Partido Liberal quanto no Conservador havia aqueles que acreditavam estar servindo à causa da moderação, evitando os extremos de um eixo bipolar (no caso, despotismo de um lado e anarquia do outro). O problema com isto é entender que o equilíbrio entre os extremos é o ponto ideal, quando na verdade um dos extremos pode estar certo e o outro errado. Neste caso, estar no meio seria estar meio-certo, mas também meio-errado.

Uma solução seria simplesmente tomar os rótulos dos partidos com uma pitada de sal e compreender que, da mesma forma que na política contemporânea, os dois grupos políticos tinham

² Um exemplo é [Mattos \(2004\)](#). Ver também [Roskin et al. \(2007^a\)](#), p. 242-249).

³ Há muitos exemplos disto. Para mencionar apenas alguns: [Vianna](#) (1927; 1991); [Santos \(1978^b\)](#); [Brandão \(2007^b\)](#).

⁴ Para alguns espectros políticos dicotômicos clássicos – com suas limitações – ver [Eysenck \(1957\)](#) e [Rokeach \(1973\)](#).

⁵ Esta frase é mencionada em muitas fontes, mas não me foi possível identificar a original.

suas parcelas de idealistas, realistas e hipócritas⁶. Outra seria reconsiderar de forma mais profunda os meios que utilizamos para classificar grupos políticos.

2 CLASSIFICANDO GRUPOS POLÍTICOS

Uma das formas mais convencionais de classificar orientações políticas é separá-las em um eixo horizontal, da esquerda para a direita. Esta prática remonta à Revolução Francesa, quando diferentes grupos políticos eram mais favoráveis à Revolução ou menos. Os representantes dos grupos mais revolucionários sentavam-se à esquerda no parlamento, enquanto que os grupos mais conservadores (ou mesmo reacionários) sentavam-se à direita. Seguindo esta lógica, grupos políticos revolucionários são classificados como de esquerda, enquanto que grupos conservadores ou reacionários são classificados como de direita. Outra característica observada na Revolução Francesa era que, considerando o moto “igualdade, liberdade e fraternidade”, os grupos da esquerda defendiam com maior intensidade a igualdade, enquanto que os grupos da direita defendiam com mais ênfase a liberdade (ainda que com desigualdade). Esta característica também passou para este espectro político convencional esquerda/direita. Na prática, socialistas e comunistas costumam ser classificados como esquerda, enquanto que conservadores, liberais e nazifascistas são classificados como direita.

No entanto, entendo que a utilização desta forma convencional de classificar grupos políticos pode apresentar várias dificuldades, sendo as principais que identifiquei as seguintes: primeiro, a dificuldade em estabelecer o que é igualdade e o que é liberdade (assim como a relação entre estas duas variáveis); segundo, a dificuldade em identificar quais grupos são revolucionários (ou radicais) e quais são conservadores (ou reacionários); e por fim a dificuldade empírica de como este espectro político costuma ser utilizado, com socialistas e comunistas na esquerda, e conservadores, liberais e nazifascistas na direita.

2.1 Igualdade e liberdade

Conforme já mencionado, seguindo o binômio igualdade e liberdade, costuma ser entendido que a esquerda privilegia a igualdade e a direita a liberdade. Porém, a menção dos termos igualdade e liberdade merece um tratamento mais profundo: iguais em que? Liberdade do que e para que? Por exemplo: embora sejam geralmente classificados como um grupo de direita, liberais clássicos claramente defendem alguma forma de igualdade. Um exemplo disto é a

6 Para uma discussão contemporânea deste tópico ver [Ware \(1996\)](#).

Declaração de Independência dos Estados Unidos, onde Thomas Jefferson (junto dos demais Pais Fundadores) afirmou que “todos os homens são criados iguais [grifo meu], dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis”. Um exame cuidadoso revela que Jefferson e os demais Pais Fundadores, dentro da tradição liberal clássica, se referiam à igualdade jurídica e mesmo política, mas não igualdade econômica. Para eles, era claro que este tipo de desigualdade existiria naturalmente em uma sociedade. Quando falam de igualdade, grupos de esquerda estão falando de igualdade econômica.

De forma semelhante, Jefferson e os demais Pais Fundadores defendiam a liberdade (“todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade [grifo meu] e a procura da felicidade”), porém, apenas uma acepção de liberdade entre outras possíveis. A liberdade defendida por Jefferson e os demais Pais Fundadores é a mesma defendida por John Locke: liberdade de movimento ou ausência de obstáculos artificiais ao movimento dos indivíduos. Esta liberdade também pode ser definida como a liberdade do indivíduo de buscar sua felicidade conquanto esta busca não fira a liberdade de outros indivíduos fazendo o mesmo. Não é a mesma liberdade defendida por Jean Jacques Rousseau, um crítico do liberalismo de Locke e dos Pais Fundadores. Rousseau defendia liberdade como o florescimento de um tipo específico e ideal de indivíduo dentro do coletivo de indivíduos. Esta liberdade de Rousseau é semelhante àquela de grupos e indivíduos de esquerda mais recentes, como Franklin Delano Roosevelt defendendo Quatro Liberdades (Liberdade de expressão, Liberdade religiosa, Liberdade de viver sem penúria e Liberdade de viver sem medo) em seu discurso em 6 de janeiro de 1941. A liberdade defendida por Jefferson e os demais Pais Fundadores anda ao lado da “procura da felicidade”. Tomada no sentido aristotélico, esta felicidade significa florescimento individual de acordo com uma perspectiva pessoal de sentido para a vida. Mas Jefferson e os demais Pais Fundadores não impõem um sentido único para a vida de todos os indivíduos, como faz Rousseau. A liberdade que defendem significa também a liberdade para que cada indivíduo busque seu próprio sentido para a vida. Ademais, Jefferson e os demais Pais Fundadores entendiam que a procura da felicidade era um direito inalienável e auto evidente, mas não a felicidade em si ([Berlin, 1969](#)).

A relação entre igualdade e liberdade também é um ponto difícil. A percepção usual é de que grupos e indivíduos de direita aceitam que a liberdade pode levar (e quase certamente levará) à desigualdade econômica. Neste caso, a desigualdade econômica é entendida como um preço aceitável para a liberdade individual. Grupos de esquerda discordam desta ordenação de prioridades. Em sua percepção, a desigualdade econômica é um empecilho para a liberdade individual, e, portanto, deve ser combatida. Porém, esta percepção usual não está totalmente de

acordo com a realidade. Milton Friedman, um indivíduo quase certamente identificado como de direita, demonstra preocupação com desigualdade econômica. Sua percepção, porém é a seguinte:

Uma sociedade que coloca a igualdade à frente da liberdade terminará sem as duas. O uso da força para alcançar a igualdade irá destruir a liberdade, e a força, introduzida com bons propósitos, irá terminar nas mãos de pessoas que irão utilizá-la para promover seus próprios interesses⁷.

Ou ainda, segundo o mesmo autor: “a sociedade que coloca a igualdade antes da liberdade terminará sem ambas. A sociedade que coloca a liberdade antes da igualdade terminará com uma grande medida das duas”⁸. Semelhantemente, Thomas Sowell, um autor intelectualmente muito próximo de Milton Friedman, afirmou que “Tentativas de se equalizar os resultados econômicos geram desigualdades maiores e mais perigosas de poder político”. Finalmente, os Libertários Bleeding-heart (também chamados Escola do Arizona e Liberais Neoclássicos, grupo com o qual me identifico) - mais um grupo que, acredito, seria classificado como de direita no espectro político convencional – acreditam que “abordar as necessidades dos economicamente vulneráveis através da remediação da injustiça, prática de benevolência, fomento da ajuda mútua, e encorajamento do florescimento dos mercados livres é importante tanto em termos práticos quanto morais”⁹.

Além do que já foi dito, a relação entre liberdade política e liberdade econômica não é simples: citando mais uma vez Milton Friedman, “a história sugere somente que liberdade econômica é uma condição necessária para liberdade política. Claramente não é uma condição suficiente” (FRIEDMAN, 1981). Há inúmeros exemplos de sociedades com liberdade econômica, mas sem liberdade política (embora eu acredite que liberdade econômica acaba por pressionar o surgimento de liberdade política e que não há liberdade política sem liberdade econômica). Em resumo, a relação entre igualdade e liberdade, ainda mais considerando os âmbitos político e econômico, não é um ponto simples.

7 Citado por [Lawrence W. Reed](#) em “A igualdade econômica é imoral e atenta contra o “bem comum””, disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1859>. Acesso em: 27 de julho de 2016.

8 [Created Equal](#), an episode of the PBS Free to Choose television series (1980, vol. 5 transcript). Disponível em: http://www.freetochoosetv.org/broadcasts/freetochoose/detail_ftc1980_transcript.php?page=5. Acesso em: 27 de julho de 2016.

9 [Bleeding Heart Libertarians](#), “About Us”. Disponível em <http://bleedingheartlibertarians.com/about-us/>. Acesso em: 27 de julho de 2016; [Zwolinski, Matt](#), “Bleeding Heart Libertarianism”. Disponível em <http://bleedingheartlibertarians.com/2011/03/bleeding-heart-libertarianism/> Acesso em: 27 de julho de 2016; [Zwolinski, Matt](#), “What is Bleeding Heart Libertarianism? Part One: Three Types of BHL”. Disponível em <http://bleedingheartlibertarians.com/2011/12/what-is-bleeding-heart-libertarianism-part-one-three-types-of-bhl/> Acesso em: 27 de julho de 2016; [Brennan, 2012](#), 188.

2.2 Conservadores e revolucionários

A segunda das principais dificuldades que identifico na classificação convencional direita/esquerda para grupos políticos é a dificuldade em identificar quais grupos são revolucionários (ou radicais) e quais são conservadores (ou reacionários). No contexto da Revolução Francesa os jacobinos (o grupo da esquerda) desejavam uma ruptura mais radical com o passado do que os girondinos (o grupo da direita). No entanto, dependendo do contexto geográfico e histórico, aquilo que significa uma ruptura radical ou um ato reacionário pode tornar-se confuso. Por exemplo, para os russos, entre 1989 e 1991, manter o comunismo seria um ato reacionário, e adotar o capitalismo uma mudança radical. Nos Estados Unidos seria exatamente o contrário, daí que ali os defensores do livre mercado sejam chamados de conservadores.

Em outras palavras, a ideia do que é ou não uma ruptura radical só funciona universalmente caso haja também uma concepção universal teleológica da história, ou seja, a percepção de que a história caminha inexoravelmente para um ponto pré-determinado. Mas se o futuro está em aberto e a história não marcha para um ponto pré-determinado (ou ao menos pré-conhecido), não é possível estabelecer em termos universais o que é uma postura conservadora ou revolucionária¹⁰. A dificuldade em identificar quais grupos são revolucionários (ou radicais) e quais são conservadores (ou reacionários) é ainda maior quando estas variáveis são sobrepostas às variáveis igualdade e liberdade discutidas anteriormente: dependendo do contexto, conferir mais liberdade aos indivíduos ou lutar por mais igualdade pode ser uma medida radical (ou revolucionária) ou conservadora.

2.3 Socialistas, comunistas, liberais e fascistas

Finalmente, a terceira das principais dificuldades que identifico na classificação convencional direita/esquerda para grupos políticos é a dificuldade empírica de como este espectro político costuma ser utilizado, com socialistas e comunistas na esquerda e conservadores, liberais e nazifascistas na direita¹¹.

¹⁰ Estou consciente de que há uma definição não contextual de conservadorismo, tendo em vista uma tradição de pensamento iniciada por Edmund Burke, e que esta é a definição de conservadorismo utilizada no contexto norte-americano. Neste caso ver [Kirk \(1995\)](#). No entanto, mantenho minha observação de que a simples menção do nome conservador pode causar confusão entre o que isto significa para um burkeano e outras acepções que aparecem no léxico. Para efeitos de comparação, conservadores no Brasil são em geral muito mais conservadores nos costumes do que na política. Neste caso ver [Ferreira, F., 2016](#), 136.

¹¹ Embora eu acredite que esta afirmação corresponde ao senso comum, um exemplo pode ser encontrado em [Griffin, 1995](#), 8, 307.

Considerando as observações já feitas acima, se uma característica de direita política é a defesa da liberdade individual, logo, regimes autoritários ou totalitários como o nazismo e o fascismo não podem ser considerados de direita. É verdade que Hitler e seus correligionários, assim como Mussolini e Franco, lutaram contra os socialistas de dentro e de fora de seus países. Mas esta luta não significa necessariamente diferença ideológica: a luta pode ter como causa disputa por poder, ainda que sem diferenças ideológicas significativas entre os diferentes grupos. Além disso, ainda que possamos encontrar diferenças ideológicas comparando nazistas e fascistas com socialistas e comunistas, não será encontrada esta que estou considerando aqui - a ênfase em liberdade individual - uma vez que ambos os grupos privilegiam os interesses do coletivo sobre os do indivíduo.

Alguns tentam compensar estas dificuldades dizendo que a extrema esquerda e a extrema direita se aproximam, como as pontas de uma ferradura¹², mas isto ainda é enganoso e, mais importante, desnecessário, conforme demonstrarei mais adiante. Embora devamos admitir que se trate de uma mudança de abordagem considerável frente ao que estamos acostumados, estes regimes devem ser classificados como esquerda. Na direita devem estar os conservadores (no sentido burkeano), liberais clássicos (como Adam Smith, John Locke e David Ricardo) e libertários (como Ludwig von Mises, Robert Nozick, Ayn Rand e Murray Rothbard), grupos que em geral defendem a liberdade individual (e também a igualdade política e jurídica)¹³.

2.4 Alternativas ao espectro político convencional

Para superar as limitações típicas de um espectro político convencional, diferentes espectros políticos alternativos têm sido propostos. Uma forma de superar estas limitações é substituir o formato tradicional de um único eixo por dois eixos, dividindo questões políticas, sociais e econômicas (e possivelmente outras). Outra forma de superar estas limitações é manter um espectro político simples, com um único eixo, mas repensar o que está sendo medido da esquerda para a direita.

Entre os espectros políticos com dois eixos podemos destacar o Political Compass e o Diagrama de Nolan ([MADDOX et al, 1984](#); [BISSEL, 2012](#)). David Nolan propôs seu diagrama inicialmente em 1969. Seguindo o modelo de um plano cartesiano, com os eixos X e Y, ele acrescenta à divisão entre leftists e rightists no eixo X a divisão entre autoritários e libertários no eixo Y ([NOLAN, 1971](#)). Desta forma, é possível identificar ao menos quatro posições políticas

¹² Provavelmente o exemplo mais antigo desta teoria encontra-se em [Faye \(2002\)](#).

¹³ Embora seja considerável para alguns, esta mudança tem ganho bastante força. Ver, por exemplo, [Goldberg \(2009\)](#) e [Arendt \(1989\)](#).

distintas, e não apenas duas. O Political Compass segue uma abordagem parecida. Uma vantagem deste tipo de espectro político é demonstrar que um indivíduo pode defender (ou opor) ao mesmo tempo pautas políticas tradicionalmente identificadas com a direita ou com a esquerda. Este é especialmente o caso dos libertários nos EUA, defensores de maior liberdade social (uma pauta tradicionalmente associada aos liberals ou progressistas) e maior liberdade econômica (uma pauta tradicionalmente associada aos conservativos).

Outra alternativa ao espectro político convencional é manter apenas um eixo, mas repensar o que chamamos de direita e esquerda¹⁴. Ao invés de usar estes para opor conservadores e revolucionários, ou liberdade e igualdade - num uso que supostamente remete à Revolução Francesa, conforme analisado anteriormente ([KNAPP; WRIGHT, 2001](#), p. 10), é possível considerar que os dois polos são caracterizados por libertarianismo e autoritarismo, ou Estado mínimo versus Estado máximo, ou ainda anarquia na extrema direita e totalitarismo na extrema esquerda, com gradações de acumulação de poder no Estado no centro. Ou seja, seguindo um quadro teórico libertário, proponho medir o tamanho do Estado versus o nível de liberdade individual, com o tamanho do Estado crescendo para a esquerda, até alcançar o totalitarismo, e a liberdade individual crescendo para a direita, até alcançar a anarquia. Ou, para citar Geroge Orwell, “a verdadeira divisão não é entre conservadores e revolucionários, mas entre autoritários e libertários” ([HUNTER, 2003](#)).

Uma vantagem que vejo neste espectro político alternativo é que a meu ver suas categorias transcendem épocas e lugares. Embora a Ciência Política tenha ao longo do tempo criado categorias como despotismo, cesarismo, absolutismo, totalitarismo, autoritarismo (e existam importantes nuances entre estes conceitos¹⁵), todas elas possuem um elemento em comum, a meu ver fundamental: uma acumulação de poder cada vez maior no Estado representado por uma classe, grupo, partido ou mesmo indivíduo), contrastando com liberdade individual (no sentido Jeffersoniano já discutido) cada vez menor.

2.5 Praxeologia e estudos políticos

Em uma perspectiva teórica e metodológica mais ampla, a abordagem que defendo aqui se apoia no individualismo metodológico, e mais exatamente na Praxeologia. A Praxeologia parte do axioma fundamental de que seres humanos possuem consciência¹⁶, são dotados de livre

¹⁴ O espectro político que apresento aqui é inspirado principalmente em [Hayek \(1972^a\)](#).

¹⁵ Nuances que não discutirei aqui para não perder o foco.

¹⁶ Que seres humanos possuem consciência deveria ser óbvio. Contradizer este fato é afirmá-lo, algo desenvolvido famosamente por René Descartes.

arbítrio¹⁷ e agem em busca de fins que consideram válidos, adotando os meios que consideram apropriados para atingir estes fins¹⁸. Uma maneira bastante curta de fazer a mesma afirmação é dizer que seres humanos são racionais. Em outras palavras, seres humanos não são objetos inanimados (no sentido mais puro da palavra, sem alma), e não podem ser estudados como se objetos inanimados fossem (o que invalida uma abordagem positivista ou behaviorista)¹⁹. Dizer isto não envolve qualquer tipo de julgamento a respeito da validade dos fins ou pertinência dos meios. Envolve apenas dizer que somente indivíduos pensam e somente indivíduos podem desejar coisas que não possuem e imaginar quais meios seriam adequados para alcançar estes fins. Enfim, há muitas consequências e muitas discussões que podem partir deste axioma básico, mas gostaria aqui de me deter em algumas observações específicas apenas: em primeiro lugar, que através da praxeologia me oponho a um determinismo econômico das ações dos indivíduos. Em segundo lugar, de forma semelhante, me oponho a um determinismo cultural. Irei voltar a este ponto na próxima seção.

Concluindo esta discussão, o mais importante a se ressaltar é que seres humanos possuem livre arbítrio, são racionais, e que suas ações não são determinadas por fatores econômicos ou culturais. Em especial, não são as ideias que determinam as ações dos indivíduos. Ao invés disso, são os indivíduos que livremente escolhem ideias, que então terão consequências sobre suas ações.

Afirmar que as ideias não determinam as ações dos indivíduos não é o mesmo que dizer que estas ações ocorrem num vácuo ideacional. Indivíduos fazem escolhas com base no que consideram os melhores fins e os melhores meios para alcançar estes fins. Neste sentido, a compreensão do contexto ideacional em que decisões são feitas é de grande valor na avaliação das ações dos indivíduos. A diferença pode ser sutil, mas é de imensa importância: em última análise, o que determina as ações dos indivíduos é seu livre arbítrio. Porém, indivíduos são influenciados pelo ambiente ideacional ao seu redor. É um fato que não são determinados, pois se assim o fosse nunca veríamos qualquer mudança no campo das ideias ou nas ações dos indivíduos. Algo que separa o homem das feras é justamente a capacidade de agir criticamente, questionando o que recebeu do passado em lugar de simplesmente repetir instintivamente o

17 A definição de livre arbítrio que uso aqui é aquela adotada por Agostinho, João Calvino e Jonathan Edwards: as ações dos seres humanos são livres no sentido de não serem constrangidas por qualquer coisa fora da sua natureza. Ver [Sproul, \(2009\)](#), p. 112-115). Para evitar confusões, muitos tem preferido o termo livre agência, mas a definição é a mesma.

18 A melhor referência para Praxeologia é [Von Mises \(2010\)](#).

19 O Positivismo, no sentido que emprego aqui, pode ser resumido pela máxima de que somente aquilo que é empiricamente comprovado é verdade. No entanto, não é empiricamente comprovado que só aquilo que é empiricamente comprovado é verdade, o que por si só já invalida o positivismo como sistema de pensamento. O positivismo também pode ser definido como a crença de que todas as ciências são redutíveis à física, uma vez que o mundo é composto somente por partículas físicas. Esta afirmação, no entanto, não pode ser comprovada e contraria a experiência individual da consciência, algo não físico. Por estas e outras razões, o positivismo é uma epistemologia inválida, particularmente para o estudo de seres humanos. Apesar disso, a busca por exatidão nos procedimentos de pesquisa é uma boa contribuição do positivismo que merece ser emulada.

comportamento de seus predecessores. Por outro lado, é crucial observar que em múltiplas ocasiões somos pouco críticos, e escolhemos simplesmente agir conforme as ideias que nos foram legadas, sem maior questionamento.

Em resumo, é impossível agir sem pressupostos ideacionais: sempre que agimos, o fazemos com base em ideias de quais são os fins e meios desejáveis. Porém, numa perspectiva praxeológica é possível averiguar que os fins nem sempre são ideais e que os meios nem sempre são adequados. Em última análise o que determina as ações de indivíduos é o livre arbítrio de indivíduos. O contexto ideacional é válido para melhor compreender as ações destes indivíduos²⁰.

3 REPENSANDO A HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL

3.1 Repensando a história política do Brasil por um espectro político multidimensional

Aplicando o Diagrama de Nolan ao contexto político brasileiro do século 19, é possível concluir que o país não contava com apenas duas tendências políticas (saquaremas e luzias) separadas em um eixo horizontal, mas ao menos quatro tendências, divididas em quadrantes nos eixos horizontal e vertical. A partir disto, algumas hipóteses tornam-se mais claras: nem todo saquarema defendia a centralização pensando na ordem, e sim em interesses próprios. Semelhantemente, nem todo luzia defendia a descentralização por egoísmo. O inverso também é válido: alguns saquaremas entendiam que a descentralização seria negativa para o país, e alguns luzias desejavam apenas firmar seu domínio local - ainda que falassem em liberdade em termos amplos ([SALES, A, 1882](#); 1983; [NABUCO, 1899^c](#), TORNO 3, p. 46 e p.175-76; [CARVALHO, 2002^b](#), p. 13). Na prática, é bastante difícil distinguir com segurança entre o libertário e o oligarca, ou entre o conservador e o autoritário, mas acredito que a adoção de um espectro político multidimensional pode ser um caminho válido para a análise. É possível considerar também a possibilidade de que, por trás dos rótulos dos partidos (liberal ou conservador), diferentes possibilidades estavam escondidas, muitas vezes bastante distantes do que os termos liberal e conservador possam significar num dicionário de filosofia política. Por exemplo: nem todos conservadores eram conservadores no sentido burkeano ([VASCONCELOS, 1999](#)), assim como nem todos os **republicanos o eram no sentido clássico do termo (algo que pode ser amplamente observado em [Boehrer \(1951\)](#)**.

20 O ponto principal a ser ressaltado aqui é o estudo de fatores cognitivos, ou a noção de que tomadores de decisão são providos de um sistema de crenças que “filtra” a maneira como estes percebem a realidade. A imagem que eles possuem de si mesmos e de outros constitui a “realidade” dentro da qual as relações internacionais ocorrem. Ver [Little et al. \(1988\)](#).

Outra possibilidade que se abre num espectro político multidimensional é a acomodação de uma variedade mais ampla de orientações políticas: considerando que ao estudar o pensamento político brasileiro no século 19 estamos falando de quase setenta anos de história, é difícil imaginar que apenas duas orientações políticas possam dar conta de todos os indivíduos e tendências do período. Por exemplo, o núcleo original do Partido Conservador era formado por donos de terra e de escravos do Rio de Janeiro, assim como por intelectuais oriundos de Coimbra, supostamente porque os projetos políticos e econômicos de ambos se harmonizavam. Porém, conforme o tempo passou e o eixo econômico principal do país migrou para São Paulo, e esta harmonia se perdeu. O Partido, no entanto, continuou existindo até o final do Império. A maneira como as mudanças no país e mudanças no Partido se relacionaram é uma dimensão que pode ser avaliada por um espectro político multidimensional (CARVALHO, 2014). Uma alternativa é observar sem explicar satisfatoriamente as tensões entre burocratas ligados ao Partido e interesses da lavoura escravocrata (CARVALHO, 2014, p. 43).

Considerando o determinismo econômico, deve ser observado que o Partido Conservador era composto por uma aliança entre escravocratas do sudeste e burocratas com educação em Coimbra. De forma semelhante, o Partido Liberal era geralmente composto por profissionais liberais e escravocratas de outras partes do país. Porém, entendo que nos dois casos as estatísticas são apenas tão boas quanto a teoria que as estuda. Pensando desta forma, tentar encontrar uma relação de causalidade entre interesses econômicos e posições políticas é enganoso. Os burocratas do Partido Conservador não eram reféns dos escravocratas do sudeste, ou seja, não eram obrigados a servir aos interesses deste grupo²¹. Isto não quer dizer que a aliança entre burocratas e escravocratas não fosse real, ou que os interesses dos escravocratas dentro do Partido Conservador não fossem importantes. Quer dizer apenas que os dois grupos (e mais exatamente os indivíduos dentro destes grupos) estavam fazendo escolhas, talvez com constrangimentos, mas em última instância sem determinismos.

A mesma observação vale para os diferentes grupos econômicos e sociais envolvidos no Partido Liberal. Em lugar de assumir um determinismo econômico, podemos partir do princípio de que políticos são indivíduos, e que como indivíduos eles são atores racionais que fazem escolhas buscando os fins desejados e os meios mais apropriados para alcançar estes fins. Em termos práticos, um político pode tentar favorecer um grupo econômico ou outro, mas tentará sempre favorecer em primeiro lugar a si mesmo. Pensando assim, José Murilo de Carvalho está certo ao chamar a política brasileira do século 19 de “Teatro de Sombras”²²: esta imagem evoca

21 A conclusão de que os burocratas do Partido Conservador eram reféns deste interesse está presente em José Murilo de Carvalho. Embora o livro reflita uma pesquisa primorosa, esta conclusão em particular não faz sentido (CARVALHO, 2014, p. 43).

22 Não concordo com toda a análise realizada por José Murilo de Carvalho, mas esta frase me parece bastante pertinente.

que há muito mais acontecendo nos bastidores do que o público pode ver. Para além das aparências, a política é principalmente uma disputa de poder²³.

É também necessário questionar avaliações que levam a um determinismo cultural das ações dos indivíduos. Que os fins almejados por um indivíduo, assim como os meios para alcançá-los, sejam influenciados por fatores relativos a circunstâncias culturais em que o indivíduo vive está fora de dúvida. O ponto aqui é que ainda assim o indivíduo está agindo, fazendo escolhas, tomando decisões conforme lhe parecem ser mais apropriadas. Em outras palavras, indivíduos são influenciados pela cultura ou pelas ideias de seu tempo, mas ainda assim, em última instância, utilizam seu livre arbítrio para determinar quais ideias irão guiar suas ações. A perspectiva adotada aqui se opõe a um tipo de determinismo em especial: ao afirmar que o Barão e Nabuco estavam agindo de acordo com ideias políticas que receberam do Império, não estou dizendo que eles eram nada mais do que produtos de sua época. Havia muitas ideias disponíveis que poderiam ser adotadas, muitos fins que poderiam ser almejados, e muitos meios que poderiam ser utilizados para alcançar estes fins. No entanto, entre as muitas opções possíveis, eles escolheram algumas. Finalmente, devo dizer que ao destacar as visões de mundo por trás das decisões de personagens da história do Brasil não estou afirmando que todas estas visões sejam igualmente válidas em qualquer aspecto. A praxeologia afirma simplesmente que indivíduos agem em busca de fins que consideram ideais, usando meios que entendem serem adequados. Não se conclui disto que os fins sejam bons ou que os meios sejam os melhores, mas também não se conclui que todos os fins e meios são igualmente válidos. Há fins e meios que se harmonizam melhor com a natureza humana e com a realidade objetiva ao nosso redor. No entanto, julgar os fins e meios adotados pelos personagens não é o objetivo desta tese, e assim me limito a observar como diferentes visões de mundo influenciaram em escolhas de política interna e externa em um recorte da história brasileira.

3.2 Repensando as definições de pragmatismo e idealismo

Outro ponto a ser questionado é o suposto pragmatismo dos conservadores, assim como o suposto idealismo dos liberais. Entendo que a maneira como a literatura distingue entre pragmáticos e idealistas está basicamente correta, mas também entendo que os nomes pragmático e idealista neste contexto são infelizes. Saquaremas não eram pragmáticos no sentido consagrado por Charles Peirce e William James, e nem estou certo de que estes autores tenham em algum

23 Aqui penso principalmente em Maquiavel: “A turba vulgar sempre é tomada pelas aparências, e o mundo consiste principalmente no vulgar”.

momento tido uma influência significativa na política brasileira. O próprio pragmatismo, aliás, é em si uma filosofia autodestrutiva²⁴, e sua aplicação à política duvidosa.

Tomando uma definição formulada por [Harvey Cox](#) em *The Secular City* (1965), o pragmatismo é um ceticismo ou agnosticismo em relação à teologia ou metafísica, ou uma preocupação com coisas práticas ou que funcionam. Esta definição, porém, já demonstra a natureza autodestrutiva desta filosofia: no vocabulário popular pragmatismo tornou-se sinônimo de praticidade. As duas coisas, no entanto, são distintas: o pragmatismo é uma teoria da verdade; a praticidade é um teste da verdade. Filósofos pragmáticos afirmam estar interessados naquilo que funciona, portanto, eles estão interessados na verdade, mas descartaram teologia e metafísica como fontes válidas de verdade. Assim, eles não estão de fato interessados na verdade, e nem interessados com o que funciona, e sim com alguma outra coisa. Ademais, se o pragmatismo está preocupado com o que funciona, é válido perguntar: funciona para que? Finalmente, o pragmatismo ignora que é impossível evitar pressupostos ideacionais (conforme já discutido aqui). Ideais tem consequências ([WEAVER, 1948](#)), e somos todos teólogos, queiramos ou não ([DEYOUNG, 2013](#), p.11). Ao afirmar que a teologia não pode dar respostas válidas a respeito da verdade, o pragmático está paradoxalmente e ironicamente fazendo teologia ([SPROUL, 2003](#)).

José Murilo de Carvalho está enganado em chamar os liberais do Império de idealistas - e por definição, ainda que implicitamente, chamar os conservadores de realistas (CARVALHO, 2014, p. 367). Liberais e conservadores tomam decisões em busca de fins que consideram ideais. Liberais e conservadores possuem fundamentos que consideram inegociáveis. Liberais e conservadores são guiados por decisões subjetivas em direção ao que consideram ideal para o país²⁵.

3.3 Repensando a história política do Brasil por um espectro político unidimensional alternativo

Considerando o que foi colocado até aqui, minha proposta é pensar em saquaremas e luzias dentro de um espectro político simples, de apenas um eixo, mas que oponha autoritários e libertários. Minha avaliação é que tanto saquaremas quanto luzias estavam em geral no centro deste eixo, evitando os extremos tanto do despotismo quanto da anarquia. Porém, saquaremas tendiam na direção do despotismo, enquanto que luzias tendiam na outra direção. Em outras palavras, entendo que saquaremas e luzias compartilhavam de um ideal liberal comum (e eram ambos autoritários, se comparados com opções políticas mais libertárias), mas não com a mesma

²⁴ O conceito de filosofias autodestrutivas que utilizo aqui é retirado de [Keller \(2015\)](#).

²⁵ Aqui penso também na observação de C.S. Lewis de que um mundo transparente seria um mundo invisível ([LEWIS, 2012](#)).

intensidade: saquaremas eram liberais conservadores, e luzias liberais mais libertários. Entendo que utilizando este quadro teórico, é possível fazer uma avaliação melhor dos partidos políticos do Brasil monárquico. Alguns teóricos do Partido Conservador, como Paulino Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, expressavam medo da anarquia e oclocracia como justificativa para um governo mais centralizado e com mais poderes ([CARVALHO, 2002^c](#), p. 25); em alguns casos isto levava a acusações de despotismo. Na opinião de Paulino, o conceito de liberdade individual do liberalismo clássico era um objetivo válido, mas o Brasil simplesmente não estava pronto para os mesmos níveis de liberdade encontrados nos Estados Unidos e algumas partes da Europa²⁶. Cabia assim ao governo criar de cima para baixo as condições para que esta liberdade fosse possível ([CARVALHO, 2002](#), p. 437). Dando algum crédito aos saquaremas, podemos dizer que suas intenções podiam ser boas, mas se o objetivo final era maior liberdade individual (no sentido empregado por Thomas Jefferson), ele estava indo na direção errada: suas opiniões e ações tendiam de fato na direção do despotismo dentro do espectro político proposto aqui, e não poderiam produzir a liberdade supostamente almejada.

Outra vantagem que observo neste espectro político alternativo é a sua aplicação mais fácil ao cenário político brasileiro do século 19. No espectro político convencional a extrema esquerda é representada pelos comunistas. No entanto, pensando num sentido bastante estrito, durante a maior parte do século 19 não era possível acomodar socialistas e comunistas no espectro político brasileiro porque estas tendências políticas não existiam ainda (ao menos não na sua encarnação moderna ou marxista – afinal de contas, o Manifesto do Partido Comunista seria publicado somente em 1848, e notícias a respeito do comunismo e sua prática só chegariam ao Brasil muito mais tarde²⁷). Ainda que busquemos uma abordagem menos restrita, onde os comunistas ficariam no espectro político brasileiro do século 19, à luz de tudo que foi discutido até aqui? Na esquerda, com os republicanos libertários que se opunham a Dom Pedro I? Isto não faz sentido. Conforme já discuti, critico a ideia de que nazistas e fascistas sejam classificados como um grupo de direita ao lado de liberais clássicos e conservadores²⁸. Outro engano seria classificar liberais clássicos e comunistas numa mesma categoria. E este é apenas um exemplo de como a aplicação de categorias convencionais de grupos políticos podem ser difícil quando se muda de período histórico e localização.

26 Enxergo alguma semelhança entre o pensamento de Paulino e outros saquaremas e o pensamento de John Adams e outros Federalistas. Para o pensamento de John Adams ver [Thompson, 2002](#).

27 É possível identificar um proto socialismo em [Euclides da Cunha \(1975\)](#), [Sílvio Romero \(1979\)](#) e [Alberto Torres \(1982\)](#). O Partido Comunista Brasileiro seria fundado em 1922.

28 Esta é uma das teses centrais de [Hayek \(1972^b\)](#).

Uma terceira vantagem que identifico neste espectro político alternativo é a maneira como o tema da modernização pelo alto pode ser avaliado a partir dele. Este tema está presente na sociologia política de maneira ampla, era adotado pelo Partido Conservador no século 19 e ainda é utilizado por acadêmicos contemporâneos²⁹. Conforme já mencionado, inicialmente o núcleo do Partido Conservador era marcado por servidores civis treinados na Universidade de Coimbra no final do século 18 e início do 19 (CARVALHO, 2014, p. 285). Mais tarde o Partido passou a contar com servidores civis com um treinamento semelhante nas Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (CARVALHO, 2014, p. 63-92). Na visão destes indivíduos, quando comparado com a Inglaterra e outras partes da Europa, o Brasil era um país atrasado e com uma sociedade egoísta ou despreparada. Assim, era responsabilidade deles, como integrantes do Estado, modernizar o Brasil de cima para baixo (LYNCH, 2011^b, p. 21-37). Esta visão, porém, é contraditória: se por modernização considera-se a passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna (isto é, liberal)³⁰, então esta é uma passagem que por definição não pode ser realizada por um Estado grande. Afinal de contas, uma sociedade liberal é caracterizada justamente por uma sociedade civil forte e um Estado fraco³¹. Neste sentido, aceitar a validade do projeto dos saquaremas é ignorar as evidências que a Economia e a Ciência Política oferecem de que um Estado grande e mercantilista não irá pacificamente abrir mão de seu poder para transformar-se num Estado liberal pequeno. Assim, embora os burocratas saquaremas afirmassem que seu objetivo era lutar contra as oligarquias, a hipótese mais provável é que eles próprios fossem se tornar uma oligarquia, uma oligarquia extremamente poderosa inclusive³².

Concluindo esta discussão, o espectro político convencional é inapropriado para avaliar o pensamento político brasileiro do século 19, não por causa de alguma característica daquele cenário, mas porque este espectro político possui limitações que devem ser corrigidas. Considerando o espectro político alternativo proposto aqui (opondo autoritários e libertários, e não conservadores e revolucionários), Joaquim Nabuco estava certo ao afirmar que “o Império era a verdadeira República”³³: embora a monarquia estivesse longe de ser uma sociedade liberal ideal, ela estava mais próxima disso do que a república que se formou logo após. Basta que pensemos

29 Este tema aparece em Carvalho (2014) e é inspirado por Moore, 1966.

30 Aqui penso principalmente em Max Weber e seus conceitos de tradicional e racional.

31 As referências a respeito disto são muitas, mas penso especialmente em Alexis de Tocqueville.

32 Aqui é possível apontar para a distinção entre burocracia e governo: a burocracia é composta por servidores civis cujo trabalho é auxiliar agências executivas ou oficiais eleitos. Ou ao menos esta é a definição se tomarmos por base o modelo ideal de Weber de burocracia racional (WEBER, 1978). O modelo de política burocrática de Graham T. Allison (1972) também é interessante aqui. No caso do Brasil monárquico isto certamente não era o que acontecia: naquele contexto, seguindo o modelo centralizado herdado de Portugal e praticado pelos saquaremas, burocracia e governo eram entrelaçados demais para que a separação entre os dois fosse possível (CARVALHO, 2014, p. 143-68). Além disso, a burocracia saquarema pode ter precisado do dinheiro de latifundiários escravocratas para dar início ao seu projeto de governo, mas uma vez com o projeto em andamento esta burocracia possuía um acessório muito mais poderoso: poder. Para um estudo clássico sobre burocracia e como esta pode se tornar um grupo de interesse nos seus próprios termos, Dilas (1957). Ver também von Mises (1944) para uma perspectiva austríaca (e crítica) a respeito de burocracia.

33 Em 1896, Nabuco publicou um artigo no jornal *O Comércio de São Paulo* com o slogan “a monarquia é que era a república.”.

não em termos da radicalidade ou conservadorismo de um regime, ou ainda, do quanto igualdade ou liberdade estavam sendo priorizadas, mas sim em termos do quanto o Estado era autoritário, independentemente dos rótulos utilizados.

CONCLUSÃO

Durante a maior parte do século 19 o Brasil possuiu duas tendências políticas básicas. Embora partidos políticos no sentido mais formal do termo tenham aparecido somente no final da década de 1830, desde o Primeiro Reinado havia aqueles que defendiam um maior controle do país a partir do Rio de Janeiro e aqueles que defendiam maior autonomia para as províncias. Estas tendências se consolidaram eventualmente no Partido Conservador, chamado de saquarema, e no Partido Liberal, chamado de luzia.

A maneira mais convencional de classificar grupos e partidos políticos utiliza um eixo unidimensional, com indivíduos e agremiações classificados da esquerda para a direita. Embora com algum poder explicativo, este modo de classificação possui algumas limitações que devem ser abordadas. Alguns espectros políticos alternativos já foram propostos, inclusive mantendo um único eixo, mas revendo o que classificamos da esquerda para a direita.

A aplicação de um espectro político alternativo à história do Brasil permite observar que havia uma tendência autoritária no Brasil do século 19. Embora de modo geral o liberalismo fosse uma referência para o pensamento político brasileiro, o desejo de manter controle sobre o território tornava a aplicação deste liberalismo distorcida.

É necessário rever o que chamados de esquerda e direita. Alguns grupos considerados de direita no Brasil possuem na verdade tendências autoritárias mais características de grupos de esquerda. De forma semelhante, alguns grupos liberais em seu discurso e supostamente interessados no interesse nacional já adotaram posturas autoritárias que nada tem a ver com a liberdade individual defendida pelo liberalismo clássico. Considerar estes pontos é importante para pensar no debate político brasileiro atual.

REFERÊNCIAS

[ALLISON](#), Graham T. Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications. *World Politics*, v. 24, 1972.

[ARENDT](#), Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

[BERLIN](#), Isaiah. *Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

[BISSELL](#), Roger E. The Logic of Liberty: Aristotle, Ayn Rand, and the Logical Structure of the Political Spectrum. *Journal of Ayn Rand Studies*, v. 12 no. 1, 2012.

[BLEEDING HEART LIBERTARIANS](#). About Us. Disponível em: <<http://bleedingheartlibertarians.com/about-us/>>. Acesso em: 27 jul 2016;

[BOEHRER](#), George C. A. From Monarchy to Republic: A History of the Republican Party of Brazil. Washington: Catholic University of America Press, 1951.

[BRANDÃO](#), Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

[BRENNAN](#), Jason. Libertarianism: What Everyone Needs to Know. Oxford: Oxford University Press, 2012.

[CARMAGNANI](#), Marcelo (org.). Federalismos latinoamericanos: Mexico/Brasil/Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

[CARVALHO](#), José Murilo de. A Construção da Ordem e Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

[CARVALHO](#), José Murilo de. Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.

[COSER](#), Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 191-206, 2011.

[COX](#), Harvey. The Secular City: Secularization and Urbanization in Theological Perspective. New York: The MacMillan Company, 1965.

[Created Equal](#). Episode of the PBS Free to Choose television series 1980, vol. 5 transcript. Disponível em: <http://www.freetochoosemedia.org/broadcasts/freetochoose/detail_ftc1980_transcript.php?page=5>. Acesso em: 27 jul 2016.

[CUNHA](#), Euclides da Cunha. Contrastes e Confrontos. São Paulo: Cultrix, 1975.

[DEYOUNG](#), Kevin. As Boas Novas Que Quase Esquecemos. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013.

[DILAS](#), Milovan. The New Class: An Analysis of the Communist System. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1957.

[EYSENCK](#), Hans. Sense and Nonsense in Psychology. Baltimore: Penguin Books, 1957.

[FAYE](#), Jean-Pierre. Le Siècle des idéologies. Paris: Agora, 2002.

[FERREIRA](#), Franklin. Contra a Idolatria do Estado: o papel do cristão na política. São Paulo: Vida Nova, 2016.

[a b](#) FERREIRA, Gabriela Nunes. Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

[GOLDBERG](#), Jonah. Fascismo de Esquerda. Rio de Janeiro: Record, 2009.

[GRIFFIN](#), Roger. Fascism. Oxford: Oxford University Press, 1995.

[HUNTER](#), Ian. Malcolm Muggeridge: A Life. Vancouver: Regent College Publishing, 2003.

[KELLER](#), Timothy. A fé na era do ceticismo: como a razão explica Deus. São Paulo: Vida Nova, 2015.

[KIRK](#), Russell. The conservative mind: from Burke to Eliot. Washington, D.C. Lanham, MD: Regnery Pub. Distributed to the trade by National Book Network, 1995.

[KNAPP](#), Andrew; [WRIGHT](#), Vincent. The Government and Politics of France. New York: Routledge, 2001.

[LEWIS](#), C.S. A Abolição do Homem. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

[LITTLE](#), Richard; [SMITH](#), Steve (eds.). Belief Systems and International Relations. Oxford/New York, Basil Blackell, 1988.

[a b](#) [LYNCH](#), Christian. Saquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. Insight Inteligência, v.55, 2011, p. 21-37.

[MADDOX](#), William S.; [LILIE](#), Stuart A.. Beyond Liberal and Conservative: Reassessing the Political Spectrum. Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1984.

[MAGALHÃES JÚNIOR](#), Raimundo. Três Panfletários do Segundo Reinado. Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro, 2009.

[MATTOS](#), Ilmar Rohloff De. O Tempo Saquarema. São. Paulo: Editora Hucitec, 2004.

[MAXWELL](#), Kenneth. Pombal, Paradox of the Enlightenment. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

[MOORE](#), Barrington, Jr. Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World. Hardmondsworth: Penguin, 1966.

[a b c](#) [NABUCO](#), Joaquim. Um estadista do Império: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.

[NOLAN](#), David: Classifying and Analyzing Politico-Economic Systems. The Individualist, Philadelphia, 1971.

[REED](#), Lawrence W. A igualdade econômica é imoral e atenta contra o “bem comum”. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1859>>. Acesso em: 27 jul 2016.

- [REGO](#), Walquiria. Um liberalismo tardio: Tavares Bastos, reforma e federação. São Paulo: Departamento de Ciência Política, USP (mimeo.), 1989 [tese de doutorado].
- [RIZZINI](#), Carlos. O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.
- [ROKEACH](#), Milton. The nature of human values. New York: The Free Press, 1973.
- [ROMERO](#), Silvio. Realidades e Ilusões no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979.
- [a b c](#) ROSKIN Michael G., et. al. Political science: an introduction. Tenth edition. New York Pearson Longman, 2007.
- [SALES](#), Alberto. Política Republicana. Rio de Janeiro: s/ed, 1882.
- [a b](#) SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ordem Burguesa e Liberalismo Político. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- [SPROUL](#), Robert Charles. Christian worldview. Orlando: Ligonier Ministries, 2003.
- [SPROUL](#), Robert Charles. O que é teologia reformada. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009.
- [a b](#) TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. Cartas do Solitário. (4ª. ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- [TAVARES BASTOS](#), Aureliano Cândido. Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (estudos brasileiros). (2ª. ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- [TAVARES BASTOS](#), Aureliano Cândido. A Província: Estudo sobre a Descentralização no Brasil. Edição fac-similar. Brasília, Senado Federal, 1997.
- [THOMPSON](#), C. Bradley. John Adams and the Spirit of Liberty. Lawrence: University of Kansas Press, 2002.
- [TORRES](#), Alberto. O Problema Nacional Brasileiro. Brasília: UnB, 1982.
- [VASCONCELOS](#), Bernardo Pereira de. Introdução e notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo, Editora 34, 1999.
- [VIANA](#), Oliveira. O Idealismo da Constituição. Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol, 1927.
- [VIANNA](#), Luis Werneck. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 1997.
- [VIANNA](#), Luis Werneck. Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos. Dados Revista de Ciências Sociais, v. 34, n. 3, 1991.
- [a b](#) VON HAYEK, Friedrich. The Road to Serfdom. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- [VON MISES](#), Ludwig. Ação Humana. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- [VON MISES](#), Ludwig. Bureaucracy. New Haven: Yale University Press, 1944.

[WARE](#), Alan. Political Parties and Party Systems. New York: Oxford University Press, 1996.

[WEAVER](#), Richard M.. Ideas Have Consequences. Chicago: The University of Chicago Press, 1948.

[WEBER](#), Max. Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology. Berkley, CA: University of California Press, 1978.

[ZWOLINSKI](#), Matt. Bleeding Heart Libertarianism. Disponível em <<http://bleedingheartlibertarians.com/2011/03/bleeding-heart-libertarianism/>>. Acesso em: 27 jul 2016.

[ZWOLINSKI](#), Matt. What is Bleeding Heart Libertarianism? Part One: Three Types of BHL. 2011. Disponível em: <<http://bleedingheartlibertarians.com/2011/12/what-is-bleeding-heart-libertarianism-part-one-three-types-of-bhl/>>. Acesso em: 27 jul 2016.